

# A UEG NO OLHO DO FURACÃO. O PROCESSO DE CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS<sup>1</sup>.

**FERREIRA**, Cristiano L. <sup>2</sup>; **CABRERA**, Isabel Ibarra <sup>3</sup>.

Palavras chave: UEG; políticas públicas; expansão; interiorização.

## 1 - INTRODUÇÃO (justificativa e objetivos)

Quais os fatores determinantes na criação de uma universidade pública, principalmente quando essa criação se dá num contexto adverso a gastos públicos com o ensino superior? Esse questionamento inicial é que nos levou a buscar compreender e interpretar o que aconteceu em Goiás, no final da década de 1990, para que o governo estadual criasse uma universidade sob sua responsabilidade. Essa pesquisa pretendeu então, analisar como se deu o processo de criação, estruturação e expansão da Universidade Estadual de Goiás, tendo como parâmetros:

a) nas iniciativas dos governos estaduais que se sucederam no Estado desde o início do século passado, quando começaram a surgir as primeiras faculdades em Goiás; b) a utilização do ensino superior, em Goiás, como marketing político e como “promessa de campanha” em períodos eleitorais; c) a eleição para governador em 1998; d) a reforma da educação superior da década de 1990.

## 2 - METODOLOGIA

Com o objetivo de equacionar essas questões, buscou-se um caminho que possibilitasse uma visão geral sobre o tema. Nesse sentido, sistematizou-se uma ampla literatura sobre ensino superior em Goiás. Utilizou-se para isso, várias teses e dissertações que foram apresentadas aos Programas de Pós-Graduação em Educação, História e Sociologia da Universidade Federal de Goiás, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Goiás, entre outros.

Utilizou-se também os documentos oficiais (Leis, Decretos, Normas, Estatutos, Regimentos, Planos de Desenvolvimento Institucional, Planos Diretores, etc.) que pudessem dar uma possibilidade de visualização de como se deu a expansão do ensino superior em Goiás por meio de iniciativas, tanto do Legislativo como do Executivo estadual. Foi utilizado também o recurso das entrevistas com pessoas que participaram ativamente do processo de criação da UEG. O objetivo das entrevistas era conhecer as informalidades ou os bastidores políticos tão agregados ao processo que culminou com a criação da instituição. As referências principais neste trabalho situam-se, nas obras de ARAUJO (2001); BALDINO (1991); BANCO MUNDIAL (1994); BRETAS (1991); CATANI e OLIVEIRA (1993 2002); DOURADO (1997, 2001, 2002); DOURADO e OLIVEIRA (2001); NETO (2003); NOVAES (2004); SILVA (2003).

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Na perspectiva de compreender o objeto de análise, a pesquisa faz uma breve descrição dos modelos universitários que mais contribuíram para a formação do

---

<sup>1</sup> Pesquisa concluída, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/UFG.

<sup>2</sup> Mestre em Educação Brasileira cristiano.lucas@uol.com.br

<sup>3</sup> Professora orientadora, Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/UFG isabelibarra555@hotmail.com

sistema de educação superior no país, quais sejam, o modelo francês (ou napoleônico) e o modelo alemão (ou humboldtiano). Esses dois modelos foram (e ainda são) importantes para que possamos analisar (de modo didático) as várias IES<sup>4</sup> brasileiras. Entretanto, as novas determinações para o ensino superior acabaram por estabelecer novos parâmetros organizativos das IES. Dessa forma, analisa-se, a partir das reformas universitárias da década de 1990, como a educação superior no país vem se organizando nestes últimos anos e como as universidades estaduais vem se relacionando com essas novas determinações, principalmente depois que o neoliberalismo avançou sobre o Palácio do Planalto, sobre as empresas, sobre o mercado financeiro e também, sobre as universidades. Tratou-se também de realizar um retrospecto sobre a educação superior em Goiás, sob duas vertentes; a primeira, numa análise historiográfica, tendo como ponto de partida, as pesquisas já realizadas sobre o tema que, para tal, foram analisadas as várias teses e dissertações que tem na educação superior em Goiás, o seu objeto de estudo e análise; a outra vertente de composição deste retrospecto constitui-se pela análise da história da estruturação e consolidação da educação superior no Estado, enfocando, prioritariamente, as iniciativas do Executivo e Legislativo goianos.

Analisou-se também as eleições para governador do Estado em 1998 até a estruturação e expansão da UEG. A reorganização das forças políticas em Goiás e a articulação dessas novas forças com os movimentos sociais e com partidos políticos que tradicionalmente tinham uma relação mais orgânica com a discussão sobre educação superior no Estado, foram fundamentais para que o projeto de criação de uma universidade pública estadual fosse retirado da “gaveta”.

Logo após a criação da UEG, ela precisava tomar forma. Existiam uma rede de faculdades isoladas, espalhadas pelas diversas regiões do Estado. Era preciso criar uma organicidade e uma estrutura capaz de adequar essas faculdades numa única instituição. A UEG, logo após a sua criação começou a se expandir significativamente, tanto que, em 2006, ela estava entre as 10 maiores universidades do país em número de estudantes matriculados.

A partir das análises realizadas, em relação ao ensino superior em Goiás e sobre o processo de criação, estruturação expansão da UEG, observou-se que:

a) Em vários momentos, tanto o governo estadual como a Assembléia Legislativa preocuparam-se muito mais com a “inauguração” de faculdades do que necessariamente com seu funcionamento e desenvolvimento de atividades. Aliás, muitas vezes, ocorriam as “festas de inauguração”, mas as faculdades sequer saíam do papel. As poucas que se materializaram não tinham as menores condições de funcionamento, excetuando a ESEFEGO e a UNIANA que, dentre as faculdades estaduais isoladas, tinham a melhor estrutura.

b) Da mesma forma que não se preocuparam em dotar as faculdades estaduais isoladas de estrutura, tanto o governo estadual como a Assembléia Legislativa não estabeleceram nenhum tipo de política de desenvolvimento das atividades do sistema de ensino superior sob sua responsabilidade. Estas instituições permaneciam alheias ao que as outras realizavam, não estabelecendo assim, nenhum tipo de articulação entre elas;

c) A utilização político-eleitoral do ensino superior público estadual, em Goiás, fica mais perceptível na medida em que constatamos que grande parte dessas instituições estavam localizadas nos maiores colégios eleitorais do interior, ou

---

<sup>4</sup> Instituições de Ensino Superior.

melhor dizendo, nas cidades-pólo de desenvolvimento econômico. Como marketing político, quanto mais a “obra” é vista, mais é lembrado o nome do político que a criou. Este tipo de comportamento, tão característico dos políticos em Goiás, nas últimas três décadas também foi perceptível no processo de criação da UEG. A Universidade passou a ser uma das “reivindicações” mais comuns de prefeitos, vereadores e deputados estaduais. Da mesma maneira que reivindicavam asfalto, começaram a reivindicar unidades e pólos da UEG. Em pouco mais de cinco anos, a universidade já estava presente em 50 municípios, sendo a maior universidade multicampi do país.

Evidentemente, que um processo expansionista da magnitude que ocorreu na UEG, não veio acompanhado de todos os indicadores necessários para que ela pudesse satisfazer os parâmetros mínimos de qualidade acadêmica e qualidade social. Em vários casos, não houve uma análise mais sistematizada da real necessidade para a criação de cursos, unidades e pólos universitários. Não se estabeleceu um planejamento estratégico capaz de levar em conta as reais necessidades das diversas regiões do Estado, assim como, não se levou em consideração, nos anos iniciais da UEG, que o fato de não existir uma IES numa cidade não quer dizer que há a necessidade de sua criação. É preciso então fazer um cuidadoso estudo sobre as demandas da região e que tipo de curso e/ou profissionais seria os mais importantes.

É preciso observar também que a UEG, apesar de ter que estar atenta às demandas da sociedade goiana, isso não quer dizer que ela deva atender a todos os pedidos de criação de cursos. Isso porque, ela tem um Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, entre outros documentos que definem as diretrizes que ela, como instituição pública, deve seguir. As várias parcerias estabelecidas pela UEG com vários segmentos do setor produtivo e de serviços podem, num futuro próximo, banalizar a educação superior por ela oferecida. Isso porque, principalmente nos cursos sequenciais, a universidade acaba disponibilizando seus melhores professores, recursos e material didático para os cursos pagos e não para a graduação presencial.

Nos primeiros cinco anos de sua criação, a UEG teve uma expansão significativa no seu número de alunos. De 11.980 alunos em 1999, ela contava com 34.363 alunos em 2004, praticamente triplicando o seu número. Mas dessa expansão, podemos fazer as seguintes análises;

a) Assim como não houve um planejamento mais significativo na criação de novos cursos, Unidades e Pólos Universitários da UEG, não foi possível garantir uma formação satisfatória para todos os estudantes, já que muitos deles não tiveram acesso a laboratórios específicos, bibliotecas, informatização, campo de desenvolvimento de estágio, de pesquisa e extensão;

b) Os alunos matriculados nos cursos de graduação presencial regular ainda são a minoria na UEG. Dessa forma, para garantir sustentabilidade econômica, a UEG, optou pelo caminho dos cursos pagos. Apesar da busca por recursos próprios ser uma tendência em várias universidades, a UEG, apesar de ter, em seu discurso, a democratização do acesso ao ensino superior em Goiás, acaba não levando em consideração a situação sócio-econômica da maior parte da população no Estado.

c) Mesmo que haja a real demanda por formação de professores, a UEG não pode se pautar exclusivamente (ou quase) para esse fim. Até mesmo porque, a maior parte dos alunos na instituição estuda ainda em cursos de Licenciatura Plena Parcelada (LPP), que serão desativados em breve, já que ele tem cumprido (em tese) os objetivos propostos. Evidentemente, que o objetivo deste trabalho não é

analisar a qualidade e as influências que esse curso trará para a melhoria da qualidade do ensino em nosso Estado, entretanto, a UEG deverá, em breve, estabelecer novos objetivos que não somente, o de formação de professores.

d) A necessidade de qualificar os professores do ensino básico levou a UEG a criar esses cursos de LPP, criando, para esse fim, 20 Pólos Universitários que serão desativados após a sua conclusão dos cursos. Esse encerramento de atividades dos Pólos Universitários já vem causando transtornos para as populações locais, já que, como vimos a UEG passou a ser reivindicação de vários políticos e comunidades. Seria necessário então, repensar a desativação dos pólos, ou transformando-os em unidades ou em pólos de extensão da UEG.

e) A UEG precisa também expandir o número de cursos noturnos de graduação que não sejam de formação de professores, já que há uma demanda significativa para cursos diferentes dos de licenciatura, como os ligados à agricultura e pecuária, cursos tecnológicos e da área de exatas e biológicas.

A expansão acelerada também provocou uma contratação expressiva de professores por meio de contratos temporários. Sem uma política clara de qualificação profissional, a UEG não conseguiu, até 2004, atingir os níveis de titulação estabelecidos para as universidades, por meio da LDB. Muito mais do que um não cumprimento da legislação educacional em vigor, o baixo índice de qualificação entre os docentes implica em algumas questões: A primeira diz respeito à própria condição de trabalho e razão de ser de uma universidade. A pesquisa, a produção intelectual, a investigação nas mais variadas áreas do conhecimento humano são vértices de um tripé que sustentam a idéia de universidade no país. Num Estado periférico, como Goiás, a necessidade de se estabelecer e consolidar uma política de pesquisa é primordial na UEG, uma vez que praticamente toda a pesquisa em Goiás, se dá pelas instituições de ensino e não pelo setor produtivo; A segunda diz respeito à própria valorização do profissional docente na UEG. Os baixos salários e a contratação por hora/aula fazem com que muitos dos docentes se dediquem exclusivamente ao ensino, não participando, dessa forma, de grupos de pesquisa ou de congressos. Além do mais, a fragilidade do plano de qualificação e capacitação na UEG impossibilitou que mais professores pudessem ser afastados para concluírem cursos de mestrado e doutorado.

A contratação temporária implica num baixo índice de dedicação exclusiva na UEG. Sendo assim, a necessidade de concursos públicos para professores e servidores técnico-administrativos é mais do que necessária; é vital para a consolidação da UEG. A universidade, pois, organizar-se de modo a contemplar a necessidade de consolidar a pesquisa no âmbito da instituição. Para isso, é preciso ampliar o número de bolsas de iniciação científica; liberar um número maior de professores para a conclusão de mestrado e doutorado; Estabelecer programas de pós-graduação próprios a fim de consolidar grupos de pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento.

Também existe a necessidade de se estabelecer uma política de financiamento da UEG que extrapole as incertezas orçamentárias ou a baixa na arrecadação de impostos estaduais, base de seus recursos. Além disso, é preciso garantir a autonomia financeira da UEG, assegurando que o repasse chegue a todas as Unidades Universitárias e sob a forma de duodécimos e que estes recursos sejam necessários para a manutenção, custeio e investimento nas ações, programas e cursos oferecidos.

## CONCLUSÕES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mesmo com tantas questões a serem resolvidas, fundamentais para a consolidação da UEG, esta instituição tem a possibilidade de ser um marco divisor no desenvolvimento do Estado. Isso porque, uma instituição que está presente em todas as regiões de Goiás, tem nesse fator, uma de suas maiores potencialidades. É preciso, pois, garantir, que a UEG realmente esteja a serviço do povo goiano e brasileiro.

Sendo assim, acompanhar e avaliar os primeiros passos da UEG é obrigação da comunidade acadêmica do Estado. Transformar a UEG num pólo irradiador de democracia social, de conhecimento e de troca de experiências é fundamental para que ela seja realmente democrática e que assuma a responsabilidade de ser a universidade de todos os goianos.

Esta pesquisa recebeu financiamento do CNPq.

ARAUJO, Élson. As eleições para governador em 1998. Monografia (Especialização em Ciência Política). Universidade Salgado de Oliveira: Goiânia, 2001.

BALDINO, José Maria. Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80 – 1991. 287f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 1991.

BANCO MUNDIAL. Enseñanza Superior. Las lecciones derivadas de la experiencia (El desarrollo em la práctica). Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial, 1994.

BRETAS, Genesco Ferreira. História da Instrução Pública em Goiás. Editora da UFG: Goiânia, 1991.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela. As constituições Estaduais Brasileiras e Educação. Cortez: São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, João Ferreira. Educação Superior no Brasil: Reestruturação e Metamorfose das Universidades Públicas. Vozes: Petrópolis, 2002.

DOURADO, Luis Fernandes. Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público. 238p. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Editora da UFG: Goiânia, 2001.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado e as Políticas para a educação Superior no Brasil nos anos 90. Educação e Sociedade. v.13, nº 80. Campinas. Set/2002.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Educação Superior em Goiás: Regulamentação, Políticas e Perspectivas na Reconstituição do Campo Universitário. In: TOSCHI, Mirza Seabra; FALEIRO, Marlene de Oliveira L. A LDB no Estado de Goiás. Análises e Perspectivas. Editora Alternativa: Goiânia, 2001.

NETO, Abraão Amisy. A Bolsa de Estudos Universitários em Goiás: Privatização do Público ou Publicização do privado? 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2003.

NOVAES, Valcemia G. de Sousa. Pólo Universitário de Palmeiras de Goiás. Concretização das políticas educacionais da UEG. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2004.

SILVA, Genivaldo Félix. A expansão e interiorização da UEG. Universidade para os Trabalhadores da Educação. Curso de Pedagogia. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2003.